

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 148.ª Sessão Ordinária
Realizada em 14 de setembro de 1971 — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielso Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Xenofonte Villanueva, Wilson Brandão e João Fadel (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Igo Losso, Lázaro Dumont, Paulo Camargo e Pinto Dias (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nrs. 168-71 e 173-71.

— De autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, solicitando Regime de Urgência para os Projetos nrs. 144-71, 145-71, 156-71 e 172-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, solicita, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de profundo pesar pelo falecimento no último dia 6, do senhor Waldomiro Ferreira da Silva, ex-vereador de Londrina, um dos destacados pioneiros da cidade, e progenitor do ex-Deputado Olavo Ferreira da Silva.

Requer, ainda, seja comunicado o pesar desta Casa de Leis à família enlutada, em Londrina, à rua Minas Gerais, 194, 3.º andar, sala 301.4.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja aprovado voto de congratulações ao Ministério de Relações Exteriores pelo recente acôrdo assinado entre o Itamaraty e o Ministério correlato lusitano, estipulando a cidadania e outras providências entre o povo brasileiro e o nosso irmão português.

Fatos como este, sr. Presidente é que nos irmana cada vez mais com a Pátria-mãe, e promove cada vez mais a afinidade existente entre o nosso País e Portugal.

Requer, outrossim, seja cientificado o teor deste Requerimento o nosso Ministro de Relações Exteriores, chanceler Mario Gibson Barbosa, bem como ao Embaixador de Portugal.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de regozijo pelo estreitamento das relações entre os Legislativos paranaense e paulista.

Se aprovado, que se dê ciência do fato à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

A principal fonte de divisas do País, em que se constitui nossa economia cafeeira, está a mercê de um risco sem precedentes em toda sua história, capaz de dizimá-la totalmente.

Já não é mais segredo que os cafeeiros do Estado do Rio, Minas Gerais e São Paulo, em centenas de municípios, estão sendo exterminados lentamente pela chamada "ferrugem", originária da África. Ao que se diz, os cafeeiros africanos, a cada ano que passa, se aproximam do fim.

A grave ameaça poussa agora sobre os cafeeiros do Paraná, que se constituíram até o presente, sem sombra de dúvida, no principal alicerce do progresso e da pujança deste Estado.

A própria Curitiba, hoje, uma das mais belas capitais brasileiras, teve notável surto de desenvolvimento como reflexo direto das grandes safras da região produtora do Estado.

É inegável, também, que o problema não se restringe ao âmbito regional. Os mais altos interesses da União se encontram em jogo.

Estado cafeeiro ainda não atingido pela "ferrugem", entende-se que o Paraná deva se manter em permanente vigília no estudo da matéria e no acompanhamento do desenvolvimento do problema, em todos os setores de sua vida política-administrativa e os que lhe são ligados.

Esta Assembléia Legislativa tem na fiscalização e na legislação dos assuntos pertinentes aos interesses do Estado, suas mais elevadas atribuições. Com relação à economia cafeeira, conta, inclusive, com legisladores especializados na matéria.

Em razão do exposto, o Deputado infra-assinado, na forma do art. 32 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Interna Especial, a fim de manter permanente estudo sobre o problema e adotar todas as providências cabíveis com relação a tais assuntos, ficando a mesma criada por tempo indeterminado e composta por 5 (cinco) Deputados, cabendo-lhe, outrossim, manter esta Casa devidamente informada de suas atividades.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

Amanhã, dia 15 de setembro, Ponta Grossa comemorará o seu 148.º aniversário de emancipação política.

Um grandioso programa foi elaborado para festejar esta data, tão grata para todos os paranaenses.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer que esta Presidência designe uma Comissão de Deputados, para representar esta Assembleia naquelas comemorações.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) David Federmann.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, na forma regimental, ouvida a Casa, se oficie ao Exmo. Sr. Superintendente da Previdência Social, a fim de que sejam ultimados os estudos que possibilitem melhor equacionamento dos débitos da Previdência Social pelas Prefeituras que estão sob ameaça de **Suspensão das quotas do fundo de participação** dos municípios e impedidos de firmarem convênios enquanto não obtiverem **Certificado de regularidade de Situação do I.N.P.S.**

CONSEQUÊNCIAS: — Enquanto não for encontrada fórmula que possibilite parcelamento de débitos, as pequenas e médias Prefeituras, com as sanções acima, não poderão se desenvolverem podendo fechar as portas.

Face à gravidade e delicadeza do problema que abordamos, necessário se faz que o Exmo. Sr. Dr. Kleber Gallart, Superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social, solucione com urgência a situação das Prefeituras que é de verdadeira **CALAMIDADE PÚBLICA**.

Sala das Sessões, 15-09-71.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer, seja encaminhado ofício ao Senhor Walter Peracchi Barcelos, Diretor da 6a. Região do Banco do Brasil, a fim de que, seja criada e instalada uma Agência do Banco do Brasil, na sede do município de Capenema, Estado do Paraná, com a extensão dos benefícios de sua criação, sobre os municípios de Planalto, Realeza, Pérola d'Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, Ampére, Santa Isabel d'Oeste e Salto do Lontra.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) Otilen Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, prende-se ao fato do atual surto desenvolvimentista que vem se verificando na região Sudoeste do Paraná, notadamente no Município de Capenema que comporta, sem sombra de dúvidas, a criação e conseqüente instalação naquele Município de uma agência da majoritária instituição bancária de nosso País.

Por tratar-se de região iminentemente agrícola, e de grandes possibilidades, neste setor, e, por ser de conhecimento público a nova política de incentivo à lavoura, que vem sendo desenvolvida atualmente pelo Governo Federal, é que, julgamos seria o momento propício para a criação da mesma, o que viria indubitavelmente, trazer grande incentivo à produtividade agrícola, concorrendo concomitantemente para o desenvolvimento do homem da lavoura, bem como de um Paraná e Brasil maiores.

Nossa reivindicação, prende-se ainda ao fato de que, a agência que atende à região, que é a do Município de Francisco Beltrão, tem seu funcionamento sobrecarregado, e com conseqüente prejuízo aos usuários, pelo fato de atualmente dar atendimento a dezoito Municípios da região, o que vem de certa forma concorrer para que seu atendimento transcorra com menos eficiência.

Finalmente, teríamos a salientar o benefício que a criação de uma Agência do Banco do Brasil, traria àquela região, qual seja, o de vir de encontro às reais necessidades da lavoura e do homem do campo da região Sudoeste do Estado do Paraná.

Requerimento

Senhor Presidente:

Rodovia das mais importantes do País, de tráfego muito intenso, a BR-369, é a principal rodovia que corta o Norte do Estado, situando-se entre as primeiras em movimento de veículos pesados e leves.

Na ligação Arapongas-Rolândia, que se situa entre os trechos de maior movimento, a estrada se encontra em péssimo estado de conservação, aumentando a cada dia, em volume e em extensão, os perigosos lombos existentes na via asfáltica. Em determinados locais, principalmente dentro do Município de Arapongas, a estrada, em seu leito, está oferecendo graves riscos aos seus usuários, tal a quantidade e o tamanho dos buracos existentes.

Sem qualquer sinalização que previna os motoristas, ficam estes sujeitos a manobras inesperadas ou bruscas deslocções de seus veículos na pista, provocadas pelos referidos obstáculos.

Faço ao exposto, com a devida vênia, requer, ouvido o Plenário, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Diretor do DER — Departamento de Estradas de Rodagem, se digne S. Exa. de ordenar, com a urgência possível, as providências necessárias a que, pelo menos provisoriamente, até o recapamento completo do trecho, seja recuperada a estrada de modo a oferecer condições normais de trânsito.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — Que, no Município de Antonina, na localidade denominada "Colônia do Cedro", existem aproximadamente 50 famílias que necessitam de permanente comunicação com a sede do Município;

2 — Que o único meio de transporte dos moradores da colônia para a cidade é efetuado por intermédio de canoas, e, muitas vezes torna-se impossível, uma vez que existe dependência da posição da maré em função do rio Faisqueira, cujas águas na baixa maré, não possibilitam condições de navegação, deixando os moradores completamente isolados;

3 — Que, por outro lado, existe a possibilidade de se estabelecer uma ligação rodoviária, em extensão de aproximadamente 8 quilômetros, da Colônia até a estrada Cacatu-Guaraqueçaba, fato que iria resolver definitivamente os problemas dos moradores.

Isto posto, requeiro à Mesa, na forma regimental, oficie-se aos Exmos. Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando que S. Exa. se dignem determinar os estudos e as medidas necessárias para a abertura do referido trecho de estrada.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais

e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apêlo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Linneu Klupell, titular da Pasta da Fazenda do Estado, no sentido de que determine a liberação das verbas referentes ao convênio assinado entre o Governo do Estado e as Casas de Internato de Menores, do interior.

Referidas instituições estão há mais de seis meses sem receber as verbas governamentais, o que contraria o convênio firmado com o Instituto de Assistência ao Menor e, ao mesmo tempo, causa sérias dificuldades para a manutenção dos menores internos. Entre essas instituições estão o Lar Infantil de Rolândia, o Lar Infantil de Cambé e o de Mandaguari, cujos Diretores já realizaram várias demarches em nossa Capital para conseguir aquela liberação, sem resultado.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) **Álvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos a formular um apêlo aos nobres Pares desta Casa, para darem seu apoio ao nosso requerimento, já lido no Expediente pelo Sr. 1.º Secretário. O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que se encaminhe ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda novamente, apêlo no sentido de determinar, com urgência, a aplicação da cláusula única do Convênio celebrado pelos Secretários da Fazenda o Distrito Federal, no dia 14 de dezembro de 1970 e aprovado pelo Decreto n. 21.955, de 23 de dezembro de 1970, o qual estabelece a ampliação do prazo de recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias pelas indústrias sujeitas ao Imposto sobre produtos industrializados, exceto as de bebidas, fumo, cimento, café torrado e moído, automóveis e cerâmica para 60 (sessenta) dias fora o mês, com dilatações mínimas de cinco (5) dias por quadrimestre.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1971.

(a) **Domicio Scaramella**”

O nosso requerimento se baseia em um Decreto do Governo passado. Já fizemos diversos apelos desta Tribuna, mas como o funcionalismo estava atrasado, sabíamos nós que um decreto nessas condições iria atrasar um pouco a economia, com referência ao imposto de produtos industrializados. Fazemos novamente êsse apêlo para que seja cumprido êsse decreto, originário de um convênio entre os Estados e o Distrito Federal, no dia 14 de dezembro de 1970.

Tenho certeza de que os Srs. Deputados irão dar o apoio para que seja encaminhado novamente apêlo ao Sr. Secretário da Fazenda, para cumprir êsse decreto governamental. Tenho certeza de que o momento é oportuno, para sanar um pouco as dificuldades das indústrias que vivem com grande sacrifício para recolher seu imposto em nosso Estado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiatti Filho.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de aduzir duas palavras aos requerimentos que serão votados na sessão de hoje e que tivemos a honra de encaminhar à Mesa e que foram lidos na Hora do Expediente.

Voltamos recentemente de nossa região, verdadeiramente sensibilizados com referência a um problema que já sofreu até desmentidos oficiais em nosso Estado. Esse problema é o referente à ferrugem dos cafeeiros, que colegas mais ilustres do que eu, com melhor conhecimento, já tiveram oportunidade de abordar desta Tribuna.

Divulgou-se recentemente, e é do conhecimento público que, numa verificação feita no Estado de São Paulo, por avião, na obtenção de matéria para exame de laboratório, foi encontrado o resíduo ou pólen da denominada ferrugem dos cafeeiros e uma altura aproximada de mil a mil e quinhentos metros, sendo esse material recolhido, também, sobre o território paranaense.

Comenta-se também, e deve ter fôros de verdade porque já está na boca do povo, que esta praga dos cafeeiros quase que dizimou a economia africana. Sabem aqueles que se dedicam à economia cafeeira paranaense, que existem interessados em que este assunto não seja divulgado, para que o preço do café não sofra a alteração que poderia sofrer, se houvesse certeza de que a concorrência do café africano é praticamente nula nos dias presentes ao café brasileiro.

Mas, não é esta parte do problema, estritamente comercial, que nos preocupa e que nos sensibiliza a ponto não de nos alarmar e nem de tentar, desta tribuna, traduzir expressões alarmantes. O problema é dos mais graves e não sabemos, ao certo, o que tem sido feito em nosso Estado a este respeito.

Já não resta mais dúvida, para todos os entendidos na matéria, de que os cafeeiros paranaenses não poderão fugir a esta prega. Assim sendo, o declínio de nossa economia cafeeira poderá representar o declínio da própria economia brasileira.

Sabendo-se que a economia cafeeira é ainda a mais importante do País e entendendo que atividades esparsas não venham redundar naquilo que, realmente, seria desejável, foi que sugerimos a criação desta Comissão Especial que terá os poderes que lhe são atribuídos pelo Regimento Interno, para agir da melhor maneira possível e manter a Casa informada do andamento deste importante problema para a economia cafeeira. Não temos dúvida alguma e os Senhores que conhecem a região cafeeira do nosso Estado melhor do que eu sabem disso, principalmente os Srs. Deputados representam essas regiões, de que, a maioria de nossos municípios assentam todas as suas atividades no café, e nada idianta o Governo do Estado fazer publicidade em torno de "Operação Alavanca" para ICM. Os nossos comerciantes não podem recolher ICM porque não estão rendendo, porque estamos atravessando uma crise de ausência de café. Não tivemos safra no ano passado e a safra está se iniciando este ano, e o Governo reclama ICM e os comerciantes não têm ICM para recolher. E será muito pior do que a geada, a ferrugem dos cafeeiros paranaenses, como se verificou já com o problema em outros Estados. Portanto, se nós não negamos ao Governo o direito de receber os impostos que lhe são devidos, é justo também que esta Casa adote as providências que entender devam ser tomadas no acompanhamento desta matéria, e se necessário fôr, exija de quem de direito, as providências que visem salvaguardar a nossa economia.

É com este intuito que fizemos o requerimento lido pelo Sr. 1.º Secretário. Quase que nada teremos a aduzir com referência a um pedido de providências ao Departamento de Estradas de Rodagem no tocante ao trecho Arapongas-Rolândia, não fôsse o registro que fomos fazer nesta Casa e que diz respeito àquela Departamento, e à maneira pela qual o DER, atendendo a um nosso requerimento anterior adotou providências imediatas no sentido de restabelecer, pela conservação da estrada, o tráfego normal entre Santa Izabel do Ivaí e Paranavaí. Queremos registrar que o órgão Executivo, de imediato adotou as providências necessárias a que aquela rodovia, Santa Izabel do Ivaí e Paranavaí tivesse normalizado o seu tráfego.

É com este sentido, com o mesmo sentido de propiciar ao Departamento de Estradas de Rodagem, e a que ele atenda a um dos mais graves problemas em seu setor atualmente existentes tal a situação desse trecho da rodovia Arapongas-Rolândia cujo estado da estrada pode e não raro se constitui não só em ameaça de acidentes de trânsito dos mais graves, mas poderá mesmo ser a causa direta de violentos acidentes de trânsito.

Dai, este requerimento que nada mais visa, queremos repetir, do que apontar aos órgãos competentes, um problema que está ao seu alcance, resolver de imediato, e que nós acreditamos, recebido e apoiado pela Casa este requerimento, será atendido pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

Ao finalizar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e de conformidade com o Artigo 134, § 1.º, inciso 4.º do Regimento Interno, queremos encaminhar um requerimento verbal à Mesa. Não estou falando em nome de ninguém mas como o mais humilde dos integrantes de uma comitiva desta Assembléia, que foi à Capital de S. Paulo recentemente, e deseja como integrante que foi e tive a honra de ser, desta comitiva e como membro da Bancada do MDB nesta Casa, fazer um requerimento no sentido de que, sem discussão, e uma vez votado pela Casa, se encaminhe uma manifestação nossa à Assembléia Legislativa de São Paulo.

Quero dizer que, analisando friamente esta nossa passagem pela Capital de S. Paulo, aprendi com os paulistas uma lição de como deve ser encarada a realidade brasileira. De modo podemos ser práticos, atenciosos, humanos, e distinguir aqueles que nos visitam, servindo-nos dos bens públicos, do patrimônio do Estado.

Hospedou-se a nossa Comitiva no Departamento de Educação Física, e nós fomos hospedados sem luxo, porque realmente, nos dias de hoje, não se deve exigir luxo, principalmente, aos que têm vida pública ou que exercem a vida pública. Todos tivemos o necessário conforto que o Estado de S. Paulo dá, aos atletas amadores.

E oxalá possamos nós retribuir e à altura este tratamento humano e de alto sentido esportivo também que os paulistas dedicaram aos paranaenses. Tivemos a oportunidade de participar de uma Sessão Solene na imponente Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, cujo Palácio efetivamente é deslumbrante, pudemos constatar entretanto que o Legislador paulista de hoje não vive de deslumbramentos, vive a realidade da vida brasileira. E dentro desses princípios, sem fugir a essa realidade, o legislador paulista recebeu o legislador paranaense. E deixando consignado nos Anais desta Casa a honra que significou para este Deputado, ser distinguido como os demais que integraram a nossa comitiva, com uma Sessão Solene pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo nós acrescentaríamos que voltamos de São Paulo acreditando ainda mais nos destinos do Brasil; porque vimos que aquele povo pujante, aquele povo que representa o principal centro da América do Sul no desenvolvimento industrial, uma das cidades mais importantes do mundo, tem, dentro de si, a realidade palpável de que o povo brasileiro não vive mais de meros artifícios de luxos dispensáveis; mas, vive a realidade de um povo que tem problemas para se desenvolver, com uma classe operária de salários mínguados, não raro de salários de fome, de uma lavoura que procura se enquadrar numa previdência social que até hoje ela não teve; de um país, enfim, de território imenso, para o qual se almeja uma condição condigna de vida. E nós vivemos condignamente as poucas horas que passamos no Estado de São Paulo. Este estreitamento de relações entre os dois Podêres Legislativos, do Estado de São Paulo e do Estado do Paraná, deve-se constituir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, num motivo de regozijo a nós todos, porque ele representa um marco de evolução e de esperança nos destinos da democracia brasileira. Por isso, requeiro, Sr. Presidente que, em razão do estreitamento das relações entre os dois Podêres... (É interrompido).

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Muggiati Filho, venho acompanhando o pronunciamento de V. Exa. desde o início; e ele se reveste de uma importância especial. Pediria a V. Exa. para fazer, neste pronunciamento, a manifestação do MDB nesta Casa, em nome de toda a nossa Bancada...

O SR. MUGGIATI FILHO — É uma honra com que V. Exa. me distingue uma vez mais, eminente Líder.

O Sr. Nivaldo Krüger — ... Congratulo-me com V. Excia. que vem abordando o aspecto do desenvolvimento do Estado da Federação, de maneira otimista e confiante, de maneira que nós encontramos, nesta Casa, a vontade de colocar nosso Estado no mesmo nível de pujança, do magnífico Estado de São Paulo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado, eminente Líder.

Retornando, encerrava eu, requerendo, sr. Presidente, que em razão do estreitamento destas relações tão importantes para a vida da democracia brasileira, entre os Poderes Legislativos do Paraná e de São Paulo, se lance, em Ata, um voto de regozijo e, se aprovado pela Casa este Requerimento, que na forma do Regimento Interno o faço verbalmente, se dê ciência à augusta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Muito obrigado. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita, ao Sr. 1.º Secretário providências quanto ao pronunciamento do deputado Muggiati Filho e solicita também que sejam juntadas as notas taquigráficas, para o conhecimento do legislador paulista.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Segundo Expediente, Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero lembrar, chamar a atenção, para um aspecto da vida administrativa, relacionada com a educação superior em nosso Estado.

Há poucos dias, numa reunião de líderes regionais, no campo educacional, o Professor Fantini, Moacir Fantini, Diretor Superintendente do Ensino Superior do Paraná, levava àquela região do nosso Estado a nova filosofia que se orienta o ensino Superior no Estado do Paraná e no Brasil. De maneira muito especial e que me causou profunda impressão, pela forma como o problema está sendo colocado. Forma no meu entender, dinâmica, pois fez com que entendam as comunidades que o ensino superior não é produto de uma dádiva, que o ensino superior, na região interiorana, não deve ser concebido como o produto do auxílio dos que detêm o Poder, não deve ser entendido como um favor concedido por políticos dominantes. Isto, dito por um homem que integra uma equipe de Governo, é muito importante e revela um novo sentido no processo educacional de nosso País, especialmente de nosso Estado, quando em vésperas de eleições comuns era assistirmos lideranças levarem para o interior, em suas pastas, autorizações para a instalação de Faculdades. Faculdades que não obtinham condições reais de funcionamento, ficando à espera dos auxílios, das verbas orçamentárias que eram concedidas como favor ou, às vezes, liberadas a ferro e a sangue, numa luta titânica desses dirigentes, pelos Conselhos daquelas Entidades.

Hoje, segundo o entendimento do Conselho da Superintendência de Ensino Superior do Paraná, manifestado no encontro que se realizou no Centro Oeste do Paraná, em Guarapuava, adota-se uma nova política no campo das finanças destas Entidades.

Cidades do interior do Paraná lutam para consolidar a situação de suas Faculdades, lutam, não só para consolidar a situação das Faculdades, mas para ampliar as escolas superiores no seu âmbito, o que é muito justo, o que é muito necessário.

Há um elemento, segundo a concepção do Superintendente do Ensino Superior, que é a participação direta da comunidade, participação que não significa, é preciso que se entenda, a extração de recursos daqueles que não podem contribuir, exatamente os alunos.

O Sr. Emílio Carazzai — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. está focalizando um problema relativo ao determinado pelo presidente Médici em relação ao funcionamento de Faculdades. Estou certo?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sim.

O Sr. Emílio Carazzai — Desculpe-me, mas eu estava conversando um pouco e poderia estar um tanto fora do assunto. Então vou dizer a V. Exa. que alguém, em Cornélio Procópio, teve a pretensão de instalar lá uma Escola de Medicina. Sou médico e achei aquilo um absurdo, achei esdrúxulo e agora estou vendo que a razão estava comigo, que lutei contra a instalação daquela Faculdade. Este alguém, se quiser, que se manifeste aqui nesta Casa. Sempre fui contra. Não precisamos de quantidade e sim de qualidade. O Presidente Médici e o Ministro da Educação estão dando uma lição ao País. Meus filhos nasceram em Cornélio Procópio, sou pioneiro de lá e nem sequer aceitei que a Câmara me desse o título de Cidadão Honorário. Achei que era quase como que um insulto.

Não sou Cidadão Honorário de Cornélio Procópio; sou fundador de Cornélio Procópio, nascido em Curitiba. E dentro da tese — V. Exa. queira me desculpar se estou um pouco prolixo — quero dizer a V. Exa. que se alguém quis implantar uma Faculdade de Medicina em Cornélio Procópio, e só um cérebro obtuso pode pensar tal coisa. E ainda agora, estamos vendo, através do Presidente Médici e do Ministério de Educação e Cultura que o que queremos é qualidade e não quantidade.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. E V. Exa. tem razão em preocupar-se com qualidade de Ensino. E é exatamente esse o sentido da Superintendência de Ensino Superior do Paraná: fazer com que o Ensino Superior melhore a qualidade, o que significa preparar a juventude para o futuro. O Ensino Superior, em nosso País, segundo técnicos e especialistas, está carecendo de uma adaptação que o coloque na década de 70.

No entanto, Srs. Deputados, refiro-me ao problema da participação da comunidade. Mas, como a comunidade pode participar, se participação de comunidade não deve e não pode ser considerada a anuidade do aluno. A anuidade do aluno outra coisa não é senão o pagamento de um serviço. E a comunidade que deseja a expansão de sua Faculdade deve participar, auxiliando o Orçamento do Estado e da União, para que as três esferas de Governo, participem, numa escala justa, nesse processo de educação superior instalado nas diversas cidades do Interior do Paraná. A ausência da participação da comunidade faz com que as Faculdades se atrofiem, faltam recursos para a sua ampliação, para implantação de seus laboratórios, de suas bibliotecas. Muitas Faculdades padecem de deficiências fundamentais que impedem seu bom funcionamento. Mas, como pode a comunidade participar sem que haja desequilíbrio, sem que os Conselhos Diretores recorram às doações, às listas, às promoções? As comunidades locais têm uma grande chave nas mãos que é sem dúvida alguma, a criação de fundos municipais capazes de promover o financiamento e o atendimento das faculdades, através das fundações municipais. Este recurso que o Município deve lançar mão e que é um instrumento capaz de carregar os meios necessários para, juntamente com os recursos consignados pelo Estado e pela União, aos centros educacionais do Interior e da própria Capital do Paraná, dar às faculdades aquelas condições necessárias ao seu bom funcionamento.

Não posso deixar de relatar aos Srs. Deputados a impressão negativa que nos causou a visita que fizemos à Faculdade de Agronomia do Paraná. Impressão decepcionante, porque se encontra aquela Faculdade carente dos recursos necessários para colocar a nossa juventude, e especialmente a ju-

ventude que têm interesse de se instruir nesse campo especializado da agricultura, e o Paraná que forma todos os anos uma certena, talvez, de agrônomos, não tem oferecido mercado de trabalho para esses jovens, que depois de 20 anos de estudos sentem o blefe que lhes passou o Estado, que lhes passou a União, os professores, e, inclusive, os políticos responsáveis pela vida administrativa de uma comunidade como nosso Estado.

Meço bem as consequências de minhas palavras neste instante, e se as pronuncio, o faço no sentido de lançar o fermento nessa massa que precisa ser mexida.

Saibam que a Faculdade de Agronomia do Paraná não tem as condições necessárias para formar jovens à altura do processo de desenvolvimento de nosso Estado. E os jovens, que dali saem, têm que se subordinar a empregos públicos de despachante de papéis em escritórios burocráticos de Departamentos do Estado. Isso é, Srs. Deputados, a negação total do princípio de desenvolvimento fundamental de um povo que tem, como base econômica, a agricultura, como é o Paraná. A perdurar isso, nós jamais alcançaremos aquele nível tão bem citado pelo Deputado Muggiati Filho, do Estado de São Paulo, que tem a sua escola como verdadeiro centro universal de pesquisa e promoção. E nós no Paraná estamos assistindo o fenecer, o desaparecer no ostracismo, do único campo de pesquisa respeitável, que é o Instituto Biológico do Paraná.

Este pronunciamento, Srs. Deputados, feito na mais pura intenção de construir, feito por um homem da oposição que quer a dinamização desses setores, tendo em vista o engrandecimento econômico e social de nosso Estado, tendo em vista o mercado magnífico de trabalho neste campo da agricultura, mas tendo em vista também a frustração terrível porque passam os jovens que saem daquela Escola em busca de um título, mas muito mais em busca da competência para suprir os empresários, carentes de homens especializados para orientar a produção, no sentido racional e altamente produtivo.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queria cumprimentar V. Exa. pela forma com que está tratando do problema, trazendo-o ao conhecimento desta Assembléia. Aliás, V. Exa. deve estar lembrado que na última semana apresentamos uma série de reivindicações em nome da classe dos veterinários, cuja situação se parece exatamente ao quadro que pinta V. Exa. neste momento. Na verdade, há necessidade da Assembléia Legislativa, através de seus representantes, insistir junto aos Poderes Executivos do Estado e da Nação, no sentido de oferecer condições melhores ao estudo e à mão de obra, para que esses estudantes encontrem emprego após sua formação. Um ponto que me pareceu muito importante, diz respeito ao Instituto de Biologia e Pesquisas, que há alguns anos atrás era considerado como o primeiro e talvez o melhor de todo o Brasil, e hoje, está num plano totalmente relegado, necessitando de instrumentos, de equipamento técnico, de mão de obra e, acima de tudo, necessitando de um enquadramento digno de seus funcionários, porque, infelizmente, a grande maioria de técnicos que ali trabalha, que luta, está em carreira diferente da sua, agrônomos exercem a função de datilógrafo, recebendo alguns o salário de 174 cruzeiros. É impossível que um cidadão, em sua consciência, possa realizar um bom trabalho recebendo apenas isso. Aguardamos a resposta de um requerimento que toda Assembléia aprovou.

Estamos aguardando uma resposta desse requerimento para, então, com mais detalhes, abordarmos o assunto que é da mais alta importância e relevância para o Estado do Paraná.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do Deputado Maurício Fruet.

Lembro-me bem do requerimento de V. Exa., com o qual concordei inteiramente. Quero, nesta oportunidade, manifestar a minha satisfação por

ver que os componentes da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro estão, realmente, empenhados na busca de soluções para problema tão grave e profundo.

A pecuária paranaense está alcançando nível de desenvolvimento graças ao espírito empreendedor do empresário particular. Ele tem feito pesquisas, ele tem experimentado, ele tem feito cruzamentos, ele assumiu a posição de promoção que o Estado deixou de assumir; ele assumiu a posição de pesquisador, posição esta que cabe exclusivamente ao Estado que é a de orientar os fatores e promover o desenvolvimento através dos investimentos, especialmente, em pesquisas.

Hoje o Paraná não alcança, nem de perto, o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, na pecuária, devido a este aspecto abordado pelo Deputado Mauricio Fruet. O veterinário, no Paraná, peça básica do desenvolvimento pecuário, ganha menos do que um ascensorista, do que um elemento que não tenha qualquer preparo especializado, está relegado a um plano de inferioridade no Estado do Paraná.

O Rio Grande do Sul alcança, através de pesquisas no campo agrícola e no campo pecuário — se cito o Estado do Rio Grande do Sul sendo paranaense e representante do povo do Paraná nesta Assembléia é porque o exemplo vale a pena ser citado, — está hoje com um índice de desenvolvimento invejável graças ao apoio que o Estado vem dando à classe veterinária e à classe agrícola.

No campo dos experimentos o Rio Grande do Sul está produzindo variedades de trigo que estão rendendo safras magníficas para todo o Brasil, inclusive para as terras do Paraná. É lá que vamos nos abastecer. Por que não fazemos campos experimentais no Paraná? Por que não fazemos campos vastíssimos de multiplicação de sementes em nosso Estado?

Na pecuária o Rio Grande do Sul implantou um sistema moderno, que teve resultados magníficos na Europa, e hoje com resultados extraordinários naquele Estado fazendo com que o pequeno proprietário obtenha renda altíssima em sua propriedade.

Como exemplo cito este fato: 80 alqueires bem aplicados no sistema "voizant" estão possibilitando ao produtor pecuário a produção aproximada de 800 bois por ano e ainda considerando o clima frio do Rio Grande do Sul.

O que poderíamos fazer no Paraná, nas zonas tradicionais da pecuária, como o Centro Oeste e o Sul do Estado, era implantar um sistema desta ordem através da promoção do próprio Estado.

Desviei-me um pouco do assunto, mas ele se enquadra exatamente ao princípio que abordamos, qual seja o preparo do homem, o investimento magnífico que é o homem que faz com que se obtenha resultados econômicos. Sem isso, jamais, e é preciso que no Paraná nós modifiquemos a mentalidade, que as escolas técnicas, as escolas especializadas tenham condições reais de preparar o homem para a grande arrancada de desenvolvimento que o Estado está enfrentando, para nós não assistirmos o esvaziamento da economia do Paraná e a exploração das riquezas do Estado, feitos por empresários de outras unidades da Federação.

Assim, Srs. Deputados, lembro que muitas cidades reivindicam para as suas sedes, a instalação de Escolas de Veterinária e Agronomia, pelo fato de estarem no meio rural. Quem não quer uma escola dessa ordem, para as suas cidades? Todos nós esperamos! Entretanto, é preciso primeiro, antes de instalar uma Faculdade, que se verifique se se dispõe dos recursos necessários para o seu funcionamento e preparo do homem como ele precisa ser preparado, porque entregarmos técnicos que não são técnicos, entregarmos à sociedade e à economia, homens que não estão preparados, é um crime que se pratica contra a sociedade, porque é o dinheiro da sociedade que ali está sendo investido, e este homem jamais será um homem capaz, será um homem frustrado, porque tem conhecimento da sua incompetência, porque tem co-

nhecimento da incompetência da escola que lhe preparou, porque tem conhecimento da sua desatualização face à problemática moderna.

Assim, Srs. Deputados, lembro como elemento propulsor das atividades educacionais nas diversas regiões do Estado, a constituição das fundações municipais. Ai os municípios poderão também colaborar com o Governo do Estado, poderão colaborar com o Governo da União, devem colaborar, devem participar porque os jovens que ali se formam devem adquirir a consciência da realidade local, para se realizarem como realizarem também a promoção dos seus irmãos e da sua comunidade.

Ao fazer este pronunciamento, Sr. Presidente, tenho em vista unicamente fazer um alertamento, lembrar que nós não estamos satisfeitos com isto que está acontecendo, que nós não estamos omissois diante disso que está acontecendo e que nós, representando o povo levamos ao conhecimento das autoridades a aspiração máxima do povo brasileiro hoje, que não é a de deixar aos seus filhos um patrimônio material, mas, deixar aos seus filhos, um patrimônio de formação intelectual, de formação moral capaz de fazer deles, pessoas adaptadas ao meio, e que se realizem como pessoas humanas e que se realizem economicamente e que promovam o desenvolvimento deste País, fazendo-o tão grande quanto ele pode ser feito pelos seus próprios filhos, que somos nós os brasileiros. — (Revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 srs. Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria, constante a Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), à Sra. Francisca Franco de Souza, residente em Bocaiuva do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 79-71, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, declara de utilidade pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama. Parecer da C.C.J. favorável. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor "FUNDABEM", com sede na cidade de Pato Branco. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193-70, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Mandaguari, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 193-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito no Município de Mandaguari, com jurisdição nos Municípios de Jandaia do Sul, Cambira, Marumbi, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Itambé e Marialva.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1970.

a) Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mandaguari, e a região, representa um centro geo-econômico da mais alta expressão, no cenário estadual. As condições culturais, econômicas e agrícolas de toda a região, inegavelmente a credencia, para que venha a ser o Município de Mandaguari o centro nevrálgico de todas as suas atividades, que no caso se expressa pela criação da Circunscrição de Trânsito.

Assim esperamos haja aprovação do presente Projeto, por ser justo e atender os mais altos interesses do povo paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 193-70

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso

P A R E C E R

I — Cria Circunscrição de Trânsito no Município de Mandaguari, com jurisdição nos Municípios de Jandaia do Sul, Cambira, Marumbi, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Itambé e Marialva.

II — O Projeto de Lei em exame, visa colaborar com as autoridades dos municípios já citados, no sentido de propiciar à população um melhor atendimento com relação ao serviço de trânsito.

III — O plano de lei não fere dispositivo constitucional, e é justo, pois atende o interesse de uma grande parcela do povo paranaense.

Nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em de maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Mugiati Filho

Emílio Carazzai

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Igo Losso

Armando Queiroz

COMISSÃO DE POLÍCIA

P A R E C E R

I — A iniciativa do nobre Deputado Igo Iwant Losso, visa a criar uma Circunscrição de Trânsito em Mandaguari, a qual terá jurisdição, ainda, nos municípios de Jandaia do Sul, Cambira, Marumbi, Bom Sucesso, São Pedro do Ivaí, Itambé e Marialva.

II — O Plano de Lei em tela, que houve por merecer parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, é de grande valia e oportunidade, como já ficou reconhecido no referido órgão técnico-jurídico da Assembléia Legislativa.

III — De fato, em razão da inexistência de legislação competente, que permitisse ao Poder Executivo, sem a iniciativa do Legislativo, desenvolver os serviços de trânsito no interior do Estado, cabe a esta Casa procurar atender aos problemas que daí derivam, como, agora se vê, criando uma Circunscrição de Trânsito com jurisdição em vários municípios.

IV — Somando a oportunidade ao caráter legal, que já lhe foi deferido, e mais, porque seu escopo é o de alcançar o interesse público, nada temos a opor, motivo pelo qual nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de julho de 1971.

aa) Paulo Poli — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Aguinaldo Pereira Lima

Santos Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 193-70

PARECER

De autoria do Deputado Igo Iwanto Losso, o Projeto de Lei em exame visa criar uma Circunscrição de Trânsito no município de Mandaguari, com jurisdição nos municípios de Ivaí, Itambé e Marialva.

A justificativa nos convence da necessidade da medida pleiteada.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomei — Presidente

Paulo Poli — Relator

Maurício Fruct

Ovídio Franzoni

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27-71 de autoria do Dep. Cândido Martins de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, Entidade Mantenedora da Escola Mercedes Stresser. — Parecer favorável da C.C.J. — COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI NR. 27-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, entidade mantenedora da Escola Mercedes Stresser.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1971

a) Cândido Manoel Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

A Escola Mercedes Stresser é uma Escola particular de caráter filantrópico, vinculada juridicamente à Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná que há 10 ininterruptos anos vêm prestando inestimáveis serviços à educação de escolares excepcionais no Paraná.

Sob a dedicada direção da ilustre presidente da Entidade, Sra. Dalila de Castro Lacerda e a sua segura orientação pedagógica da Profa. Maria de Lourdes Canziani, da Escola Mercedes Stresser é considerada um estabelecimento modelo no País, educando em toda a plenitude 200 alunos, através dos serviços médico, de fisioterapia, de terapia de linguagem, de psicologia, de odontologia e do serviço social e, acima de tudo, pelo abnegado e carinhoso trabalho de suas mestras.

Assim sendo, cortamos com o apoio dos nobres Senhores Deputados para este projeto de Lei, certo de que esta é a parcela de contribuição do Poder Legislativo ao trabalho cristão e humano desenvolvido pela Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, através da sua Escola Mercedes Stresser.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 27-71

AUTOR: Dep. Cândido Manoel de Oliveira

SUMULA: "Declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná".

PARECER

1) O Projeto foi elaborado na forma determinada pelo art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) O processo respectivo está devidamente instruído, donde se cort-

clue que a entidade, que ora se pretende declarar de utilidade pública, funciona há mais de dois (2) anos; presta serviços à coletividade, desinteressadamente; seus diretores não são remunerados, e, que seu estatuto está devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas.

3) Desta forma, a aludida Proposição atende a todas as exigências legais e não contraria qualquer preceito de ordem constitucional.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

4) Em face das razões expendidas, somos pela sua aprovação, obedecido, porém, o substitutivo anexo, o qual apresentamos tão só para corrigir problema de ordem técnica.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Muggiati Filho — Igo Losso — Sebastião Rodrigues Júnior — Gilberto Carvalho — Cândido Manoel Martins de Oliveira e Borsári Netto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N. 27-71

SÚMULA: "Declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência ao Psicopatas do Paraná, com sede e fôro nesta Capital, entidade mantenedora da Escola Mercedes Stresser.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Muggiati Filho e Borsári Netto

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 75-71, de autoria dos Deputados Cândido Martins de Oliveira e Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo, permutar com o Município de Itapejara O'Oeste, o lote de terreno que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 75-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar com o Município de Itapejara O'Oeste, o lote de terreno sob o n.º 7, da quadra n.º 35, da Planta do Município de Itapejara D'Oeste, pelo lote de terreno n.º 15, da quadra n.º 64, da mencionada Planta.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.971.

aa) Cândido Martins de Oliveira e Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

Documentação anexa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Deputado Cândido Martins de Oliveira

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, permutar com o Município de Itapejara D'Oeste, o lote de terreno que especifica.

PARECER

O Projeto em questão, visa autorizar o Poder Executivo a permutar com o Município de Itapejara D'Oeste, o lote de terreno sob o n. 7, da quadra n. 35, da Planta do Município de Itapejara D'Oeste, pelo lote de terreno n. 15, da quadra n. 64, da mencionada Planta.

A medida preconizada pelo ilustre autor do presente plano de lei, é justa e oportuna e não contraria os preceitos constitucionais.

Do exposto, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1.971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Gilberto Carvalho — Emílio Carazzai — Cândido Martins de Oliveira

Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1) PARECER Ao presente projeto, subscrito pelo nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, visa autorizar o Poder Executivo a permutar, com o Município de Itapejara D'Oeste, lote urbano que especifica.

2) Tendo recebido manifestação favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, para parecer.

3) Todavia, de acordo com o art. 54, do Regimento Interno desta Assembléia, cabe à Comissão de Terras, Imigração e Colonização,

“manifestar-se sobre todos os assuntos relativos ao problema imigratório, à colonização e aproveitamento das terras devolutas, recuperação e utilização das terras inaproveitadas”.

4) Não há como enquadrar o projeto em referência dentre as atribuições desta Comissão.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em... de julho de 1.971.

aa) Arizone Araújo — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Santos Lima — Marciano Baraniuk

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldomiro Ferreira da Silva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo estreitamento das relações entre os Legislativos Paranaense e Paulista. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor da 6.ª Região do Banco do Brasil, a fim de que seja criada e instalada uma agência do Banco do Brasil na sede do Município de Capanema, Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, solicitando voto de congratulações ao Ministério de Relações Exteriores pelo recente acordo assinado entre o Itamaraty e o Ministério de Relações Exteriores Lusitano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para diversos Projetos de Lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei ns. 168-71 e 173-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Titular da Pasta da Fazenda do Estado, no sentido de que determine a liberação das verbas referen-

tes ao convênio assinado entre o Governo do Estado e as Casas de Internatos de Menores, do Interior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Transporte e Diretor do Departamento de Estrada de Rodagem, no sentido de que determinem os estudos e as medidas necessárias para a abertura de trecho de estrada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente solicitando seja constituída uma Comissão Interna Especial, a fim de manter permanente estudo sobre o problema da "ferrugem" nos cafeeiros paranaenses. Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem) Peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — A discussão fica transferida para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando providências do Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser recuperada a Rodovia BR-369 no trecho Arapongas-Rolândia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de determinar com urgência a aplicação da cláusula única do convênio celebrado pelos Secretários da Fazenda dos Estados e Distrito Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando uma Comissão de Srs. Deputados para representar esta Assembléia nas comemorações do 148.º aniversário da emancipação política de Ponta Grossa. — **Aprovado.** São designados para representar a Casa, os Srs. Deputados David Federmann, João Mansur e Antônio Lopes Júnior.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da Previdência Social, no sentido de ser equacionado, com urgência, o parcelamento dos débitos das Prefeituras, junto aquele órgão. — **Aprovado.**

O SR. ROSARIO PITELLI — Peço a palavra Sr. Presidente, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ROSARIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como Deputado representante da cidade de Cornélio Procópio, vim aqui para esta Casa com aquele alto propósito, talvez de todos os Srs. aqui presentes, de bem defender os interesses da minha cidade e daqueles também de quem nós recebemos a votação. E aqui estamos, não para responder perguntas que nos foram assacadas, não para discutir problemas de ordem interna, mas sim com aquele propósito de defender os altos interesses da minha cidade. Para isso fomos eleitos e aqui estaremos defendendo, com toda a força de nossa alma e de nosso coração, com toda a disposição que temos, de enfrentar os problemas que aparecerem em qualquer sentido, em qualquer terreno, em qualquer situação. Mas, Sr. Presidente, falando em Cornélio Procópio, e perguntando se alguém que quisesse dizer alguma coisa que dissesse, este alguém, naturalmente sou eu, e eu estou aqui tranquilo, satisfeito para dar satisfação necessária a quem quer que seja e com muito respeito, com muito carinho ao meu Paraná, a este querido Paraná que eu abracei e que aqui vivo e aqui pretendo residir até o último dia de minha vida.

Sr. Presidente, Vereador que fui por duas Legislaturas, levado a seguir a Prefeito de Cornélio Procópio, somente... (É interrompido)

O Sr. Emílio Carazzai — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Já concederei.

O Sr. Emilio Carazzai — V. Exa. está com medo do aparte.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Prefeito da minha cidade de Cornélio Procopio.

O Sr. Emilio Carazzai — Prefeito a custa da família Carazzai porque V. Exa. não representava nada lá dentro.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Darei o aparte com muita honra ao Sr. Emilio Carazzai.

O SR. PRESIDENTE — O aparte deve ser solicitado.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Concedo o aparte com muito prazer.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Está com o aparte o Sr. Deputado Emilio Carazzai.

O Sr. Emilio Carazzai — Quero significar a V. Exa., dentro da insignificância que V. Exa. representa em Cornélio Procopio...

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Com muito orgulho.

O Sr. Emilio Carazzai — ... dentro do traícoeirismo rastejo que V. Exa. teve para com o PSD de Cornélio Procopio, com seu sogro e seu cunhado, que V. Exa. não merece sequer o meu respeito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Acima de tudo sou paranaense e patriota e jamais pessedista radical.

Mas, ilustres srs. Deputados, a minha missão é a mesma que comecei, não importam os bravejos, não importa todo este ódio, esta ira. Estamos aqui com outro propósito.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado tive a satisfação, a grande alegria, não sei se a Casa sabe disto, mas vai ficar sabendo, de residir por seis longos anos em Cornélio Procopio. Aprendi a respeitar, e bastante, V. Exa. assim como vossa respeitável família. Aprendi também a respeitar toda a família Carazzai. Nos longos anos em que lá residí lutamos em campos antagônicos, eis que naquela ocasião, talvez a única em Cornélio Procopio, a extinta UDN fez um Prefeito, Francisco Lacerda Jr., contra o partido que sempre dominou e que era aquele em que tanto V. Exa. como o deputado Carazzai militavam. Estou fazendo esta interferência para que V. Exa. e o eminente deputado Emilio Carazzai, entre os quais me sinto tão à vontade, tão feliz...

O Sr. Emilio Carazzai — Não queiravir de algodão entre cristais.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra que os apartes devem ser solicitados.

O Sr. Paulo Poli — Estou com o aparte. Quero dizer que o Deputado Emilio Carazzai encontra-se um tanto quanto exaltado...

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Como de costume.

O Sr. Paulo Poli — O orador que ocupa a Tribuna que não me leve a mal, mas que conclua com rapidez sua oração e me comprometo a restabelecer o ânimo entre os Senhores. Acho que V. Exa. me entende bem, pois respeito e estimo sobremaneira V. Exa.. Fiz esta interferência para que V. Exa. seja assim breve, para que episódios lamentáveis como este aqui não...

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Pediria que V. Exa. fosse mais rápido.

O Sr. Paulo Poli — Eu já concluí.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Precisaria terminar e dizer algumas verdades aqui desta Tribuna. Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, agradeço a interferência do nobre Deputado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, as razões desta sessão, praticamente já se findaram e já se concluíram e já se consumiram. A matéria já foi votada e estamos atravessando um momento difícil para a Casa, no entrever dos debates que se estão ferindo. Então, eu rogaria a V. Exa., que suspendesse a Sessão e para, quem sabe se encontrasse assim um entendimento harmônico, uma situação em que não desse condições de maior exasperação de ânimos.

O Requerimento está formulado.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, faria um apelo a V. Exa. uma vez que foi a mim feita uma pergunta e devo prestar esclarecimentos à Casa.

Não vejo absolutamente motivos; não estou com os ânimos exaltados e estou disposto a aguentar, a tolerar, toda esta insolência; tudo isto que foi dito. Porque acima de tudo, tenho o alto propósito de servir a minha cidade. Não vejo motivos, sr. Presidente; e faço um apelo para que seja permitido eu terminar a minha explicação.

Mas, srs. Deputados, o prefeito de uma cidade, que tem aquêle propósito sadio de servir a sua coletividade, ele não foge jamais a luta e ele não foge jamais a qualquer situação. E foi com este propósito que nós fundamos e fizemos funcionar naquela cidade uma brilhante Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procópio, que este mês deverá ser reconhecida no âmbito federal. E, pasmem, Srs. Deputados como foi que fundamos esta Faculdade de Filosofia.

O Sr. Emilio Carazzai — A Lei foi minha. Nós que fundamos. A Lei foi minha.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sim, nós que fundamos. O Deputado que vos fala e o Deputado Arthur de Souza.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao Deputado Emilio Carazzai, que solicite o aparte ao orador.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Então, srs. Deputados, o Prefeito de Cornélio Procópio no anseio de bem servir à sua cidade, não encontrava aqui ao representante procapense, para fazer com que funcionasse uma Faculdade de Filosofia; e ele veio a Curitiba pedir, solicitar, clamar ao Deputado Arthur de Souza, para que fizesse um Projeto de Lei, para dar condições de fazer funcionar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na minha cidade. E está aqui o nobre Deputado, para confirmar a veracidade das minhas afirmativas. Não foi o Deputado de Cornélio Procópio que fez funcionar a Faculdade de Filosofia na minha cidade; foi o Deputado Arthur de Souza, a quem eu quero prestar em nome da minha gente, a minha mais sincera homenagem e agradecimentos, de público.

Mas, srs. Deputados, pessimismo reinante nos homens que representam a minha cidade, além de impedir que se fizesse uma Faculdade de Filosofia, não queria que funcionasse uma Faculdade de Medicina. E eu vou dizer aos Senhores, quando o Ministro Tarso Dutra desempenhava as altas funções no Ministério de Educação, este Deputado que vos fala, esteve três vezes no seu Gabinete pleiteando que se criasse na minha cidade, já que tinha condições necessárias, uma Faculdade de Medicina. E, para isso, nós levantamos a seguinte argumentação: — 1.º — a Cidade de Cornélio Procópio estava distante como está, só 60 quilômetros da cidade de Londrina, onde tem uma excelente Faculdade de Medicina e isto daria inicialmente a condição de os professores de Londrina também lecionarem em Cornélio Procópio, porque 60 quilômetros não era uma distância que não pudesse ser superada. E esta argumentação não adivinhamos; não fomos buscar no nosso conhecimento; nós fomos sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisar numa coisa que se fez em Minas Gerais, onde a Faculdade de Medicina de Itajubá só teria condições de funcionar se funcionasse a de Pouso Alegre que fica a 30 km. de distância uma da outra.

Reis bem, srs. Deputados, o Ministro nos deu o apoio necessário e disse mais: se vocês receberem 20 excedentes na Faculdade de Medicina nós daremos 380 milhões em dinheiro.

E, à essa altura dos acontecimentos, a outra dificuldade seria a Casa de Saúde. A Santa Casa de Cornélio Procópio se propôs a ceder tudo o que tinha para instalação da Faculdade de Medicina. Com esse propósito, levamos para Provedor da Santa Casa um homem disposto a colaborar conosco. É preciso que se diga que a Santa Casa de Cornélio Procópio é a número um no Interior do Paraná por sua excelente instalação, pois conta, ainda com um aparelho de Raio X com circuito fechado para se instalar a Faculdade de Medicina.

O Sr. Emílio Carazzai — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero ver se Deus me ajuda para que meu temperamento não expluda, porque V. Exa. merece toda explosão de meu temperamento, e muito pouco respeito de minha parte.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — O respeito de V. Exa. não me importa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, considerando a argumentação do Deputado Armando Queiroz, feita há poucos instantes, requeiro a V. Exa. a verificação de quorum para continuação da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita do sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. ROSÁRIO PITELLI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes que se faça a verificação de quorum, farei um apêlo a V. Exa.: se porventura não houver quorum, peço a V. Exa. que me inscreva preferencialmente, amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 25 srs. Deputados. Há quorum para continuação da sessão. Continua com a palavra o sr. deputado Rosário Pitelli, mas a Mesa lembra V. Exa. que tem apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Pediria a V. Exa. prorrogação do meu prazo.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Muito obrigado. Mas, srs. Deputados, voltarei então, ao assunto que me trouxe à Tribuna. Eleito o novo Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio, com o propósito único e sadio de se fundar a Faculdade de Medicina...

O Sr. Emílio Carazzai — V. Exa. havia me concedido um aparte.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Pois não.

O Sr. Emílio Carazzai — V. Exa. está focalizando a Santa Casa de Misericórdia...

O SR. ROSÁRIO PITELLI — A que V. Exa. não conhece, porque nunca entrou lá dentro.

O Sr. Emílio Carazzai — Entrei várias vezes e se V. Exa. tem a coragem de fazer tal afirmativa eu não tenho motivo para respeitá-lo. A Santa Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio, quando o sr. Ataliba Rezende quis organizá-la — é uma das maiores que o Paraná possui — eu adverti que Cambará já tinha cometido o mesmo erro, e V. Exa. não vai me desmentir. Um doente que chega às portas da Santa Casa, se não entrar com tutu grosso não é atendido. Eu me elejo através da Clínica Carazzai, evidentemente, mas muito antes de ser Deputado, nunca às portas de minha clínica foi jagado um doente que não fôsse atendido, pagasse ou não. Muito antes de ser político, enquanto que a Santa Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio, com cujo nome V. Exa. enche a boca, não recebe doente sem dinheiro. Ora, se V. Exa. quiser levar o debate a fundo, nós vamos analisar sua atuação no Instituto Brasileiro do Café, que eu o nomeei para lá, eu fiz sua nomeação.

(Trocam-se apartes — soam as campainhas).

O SR. PRESIDENTE — Com base no Artigo 25 do Regimento Interno, levanto a sessão, e considero o nobre orador inscrito para o Grande Expediente de amanhã.

Declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 79-71, 104-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 193-70, 27-71, 75-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 314-70, 76-71, 137-71.

Levanta-se a sessão.

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 149.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 15 de setembro de 1971 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nach, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Vilanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Antônio Lopes Júnior, David Federmann, Francisco Escorsin, Igo Losso, Nivaldo Krüger (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 57-71 Veto aposto ao Projeto de Lei nr. 95-70 de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, que passa a integrar a 43.ª Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Toledo, Município de Palotina. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, designando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 40-71.

Levanta-se a sessão.